

O impacto psicossocial da pandemia nos processos de escolarização: reflexões sobre a educação básica oferecida em escolas públicas

The psychosocial impact of the pandemic on schooling processes: reflections on basic education offered in public schools

El impacto psicosocial de la pandemia en los procesos de escolarización: reflexiones sobre la educación básica que se ofrece en las escuelas públicas

Vera Maria Nigro de Souza Placco
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
veraplacco7@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9515-2370>

Vera Trevisan de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
vera.trevisan@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-2062-0680>

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões e proposições sobre os impactos da pandemia na vida de estudantes e profissionais da educação básica brasileira. Toma por base a experiência das autoras em atuação e pesquisa em escolas públicas do Estado de São Paulo. Dá destaque às vivências dos sujeitos que têm suas vidas transformadas diante do súbito fechamento das escolas e da necessidade de mudar o ensino para a modalidade remota. Destarte as dificuldades e sofrimento que passam a caracterizar a vidas das pessoas e as dinâmicas escolares, as autoras destacam as possibilidades de transformação que essa experiência pode gerar, a partir do compromisso e envolvimento dos atores escolares, do sistema de ensino, das famílias, da comunidade e da sociedade como um todo no enfrentamento das questões que derivam da vivência da pandemia.

Palavras-chave: Educação básica. Escola Pública. Pandemia. Sofrimento psicossocial. Mudanças.

ABSTRACT

This article presents reflections and propositions about the impacts of the pandemic in the lives of students and professionals in Brazilian basic education. It is based on the authors' experience in acting and researching in public schools in the State of São Paulo. It highlights

the experiences of individuals who have their lives transformed in the face of the sudden closing of schools and the need to change teaching to the remote mode. Given the difficulties and suffering that characterize people's lives and school dynamics, the authors highlight the possibilities of transformation that this experience can generate, from the commitment and involvement of school actors, the education system, families, community and society as a whole in dealing with issues arising from the experience of the pandemic.

Keywords: *Basic education. Public School. Panemic. Phychosocial suffering. Changes.*

RESUMEN

Este artículo presenta reflexiones y propuestas sobre los impactos de la pandemia en la vida de estudiantes y profesionales de la educación básica brasileña. Se basa en la experiencia de los autores en la actuación e investigación en escuelas públicas del Estado de São Paulo. Destaca las vivencias de las personas que tienen sus vidas transformadas ante el cierre repentino de escuelas y la necesidad de cambiar la enseñanza a la modalidad remota. Ante las dificultades y sufrimientos que caracterizan la vida de las personas y la dinámica escolar, los autores destacan las posibilidades de transformación que esta experiencia puede generar, a partir del compromiso e involucramiento de los actores escolares, el sistema educativo, las familias, la comunidad y la sociedad en su conjunto en el abordaje de cuestiones derivadas de la experiencia de la pandemia.

Palabras clave: *Educación básica. Escuela pública. Pandemia. Sufrimiento psicosocial. Cambios.*

Introdução

O contexto da crise

No final do ano de 2019, apareceram na China os primeiros casos de uma doença viral à época ainda não identificada. O que parecia muito distante de nós – no continente asiático –, rapidamente atingiria o ocidente: primeiro a Itália e, em seguida, de modo concomitante, vários países da Europa e das Américas. No Brasil, temos notícia do que seria um primeiro caso, em janeiro de 2020, quando mal sabíamos que, em apenas dois meses, seria reconhecido o estado de pandemia pela Organização Mundial da Saúde. Já no início de março, no Brasil, foram tomadas as primeiras medidas para evitar a propagação do vírus, em forma de distanciamento social: fecharam-se as escolas, os estabelecimentos comerciais e de serviços não essenciais, os restaurantes, dentre outros, ou seja, a circulação das pessoas estava restringida; apenas os profissionais de serviços essenciais estavam livres para circular, e o uso de máscaras já se tornou obrigatório.

Naquele momento, por mais que a situação fosse assustadora, ainda não tínhamos dimensão de sua gravidade: as próprias instituições educacionais consideravam que seu fechamento seria breve e propunham quarentenas de dez dias, prorrogadas para mais 10, e, assim, foram se passando os meses, enquanto a situação de contágio piorava a cada dia, atingindo todos os Estados do país e muitos dos municípios, mesmo os mais remotos. Ou seja, nem é preciso apontar a falta de política de prevenção e de ações que impedissem a proliferação do vírus.

Após os primeiros meses de isolamento social, as pessoas passaram a sentir os efeitos do confinamento doméstico: os que tinham condições estavam trabalhando remotamente, transferindo seus locais de trabalho para a sala de casa, misturando suas atividades com as dos filhos e de toda a família. As crianças e adolescentes, estudantes de escolas particulares, estavam tendo aulas remotas, utilizando computadores e/ou celulares. Os professores dessas instituições tiveram de aprender rapidamente a utilizar tecnologias para desenvolver seu ensino e as escolas tiveram de se adaptar à nova realidade, adquirindo equipamentos, aplicativos e promovendo treinamentos para atender às novas condições de escolarização.

Dessa situação descrita, já é possível derivar impactos psicossociais nas vidas das pessoas: os desafios da mistura de relações na família; o isolamento das famílias em suas casas, muitas habitando apartamentos pequenos; o medo de contrair o vírus que vinha provocando a morte principalmente de idosos; o desconhecimento da doença pelos cientistas; a falta de previsão do desenvolvimento de vacinas e mesmo de medicamentos para tratar a doença; a saudade dos familiares, dentre outros. Observar essas situações, comuns no mundo todo – com a diferença de que, em outros países, as políticas de prevenção e o enfrentamento da doença foram tratados, no mínimo com mais seriedade que em nosso país –, foi e tem sido fonte de muitas angústias até os dias atuais, quando já passam de 550 mil o número de mortes, das quais mais da metade poderia ter sido evitada se nosso governo tivesse tomado as medidas sanitárias orientadas pela OMS e pela maioria dos cientistas brasileiros e estrangeiros.

Neste momento, passados 18 meses do reconhecimento da pandemia e do fechamento das escolas no Brasil, já contabilizamos os prejuízos sobretudo à aprendizagem e desenvolvimento de nossas crianças e jovens, sem contar na formação de profissionais, no âmbito da graduação.

Este artigo busca abordar o impacto do Coronavírus e do isolamento social na escola e seus processos, focalizando, em especial, a vivência dos estudantes, dos professores e gestores em meio às incertezas que a condição pandêmica inseriu em suas vidas, sobretudo em face das mudanças ocorridas no modo de ser escola, aluno, professor, gestor e de desenvolver o ensino, a gestão e se envolver com a aprendizagem.

Os impactos na escola pública: aprofundamento da desigualdade social

Pesquisa da Fundação Carlos Chagas (FCC), realizada em 2020, nos mostra que, em função da pandemia da COVID-19, 39 milhões de alunos deixaram de frequentar as escolas, correspondentes a 81,9% dos alunos da Educação Básica. O que fazer, perante esta brutal interrupção de tantas vidas escolares e perante o que a pesquisa chama, acertadamente, “o acirramento das desigualdades de acesso e de oportunidades” para esse imenso contingente de crianças e jovens? (FCC, 2021a)

Esse mesmo relatório nos lembra que professores e gestores se viram, inesperadamente, frente a um novo modelo de escola, em que as maneiras possíveis de contato com os alunos passam a ser remotas, por intermédio de plataformas e equipamento digitais ou por meio de recursos como apostilas e cadernos de atividades, entregues na casa dos alunos e na própria escola, com horários escalonados para esse contato (em geral, realizado entre as famílias e os professores, gestores e funcionários das escolas).

Refletindo sobre a escola que se constrói, nesses tempos de pandemia, alguns temas afloram, seja para marcar os impactos negativos ou de risco para essa escola, seus professores e alunos, seja para indicar possibilidades e alternativas de novos caminhos para esses atores. É inegável, no entanto, que várias mudanças ocorreram no modo de se organizar e efetivar/não efetivar o ensino-aprendizagem, e é sobre essas mudanças, sobretudo no âmbito da escola pública que passamos a refletir.

Recursos materiais e espaço físico

Segundo dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), órgão do Ministério da Educação responsável por avaliar as condições de ensino na Educação

Básica brasileira, no final de 2019, ao menos 4,3 milhões de estudantes brasileiros não tinham acesso à internet. Essa situação já anuncia o que está por vir, quando as escolas públicas se vêm como dependentes da internet para realizar seus contatos com os estudantes e professores em tempos de isolamento social. Ainda segundo o mesmo levantamento do INEP, feito a partir de questionário respondido por 168 mil escolas (em um universo de 179 mil), em 2020 apenas 6,6% das escolas públicas forneceram internet gratuita ou subsidiada para os estudantes e diferenças gritantes em relação a esse acesso foram constatadas quando comparadas as regiões do país: enquanto no distrito federal 42% das escolas públicas ofereceram internet aos estudantes, em Rondônia apenas 0,5% das escolas públicas dispunham o serviço. (Pnad Contínua (IBGE); Pesquisa: “Resposta educacional à pandemia de COVID-19 no Brasil” (INEP).

Essa falta de acesso, evidentemente, tornou inviáveis as aulas remotas. Isso sem contar a falta de equipamento: a maioria dos alunos da Educação Básica que frequentam escolas públicas não têm computadores para acompanhar as aulas ou fazer as atividades e utilizam-se de aparelhos celulares. Difícil imaginar como um processo de ensino-aprendizagem, ao longo de 18 meses, pode se efetivar como promotor de aprendizagem quando realizado por meio de celular?

Ainda em relação a equipamentos e recursos tecnológicos, é preciso considerar as condições de trabalho dos docentes: eles também não dispõem de rede de internet adequada, ou mesmo de computadores para uso próprio em suas casas. Muitas vezes utilizam os equipamentos dos filhos, ou do marido, tendo de dividir seu uso visto que a maioria dos membros das famílias passaram a trabalhar ou estudar de casa. Difícil não nos surpreendermos quando acessamos dados em uma escola pública com cerca de 50 professores e 1.300 alunos que informam que a maioria dos docentes dão aulas pelo celular. Como professoras que somos, essa informação em si já coloca as possibilidades do ensino em questão. (MEDEIROS, 2021)

Há, ainda, a questão do espaço físico: teriam os alunos que dispõem de equipamentos e internet suficientes para acompanhar as aulas, um local em casa com privacidade suficiente que lhes permitam prestar atenção e se concentrar no momento da aula ou para realizar suas atividades? Quantos espaços são necessários em uma casa habitada por uma família de 5 pessoas, por exemplo, todas envolvidas com atividades diferentes? E a mistura dos momentos de trabalho/aprendizagem com a rotina doméstica, como administrar? A mesma questão pode ser posta em relação aos professores. Essas

situações envolvendo espaço adequado para o trabalho de estudar e ensinar foram e ainda são, sem dúvida, fatores de grande interferência no ensino-aprendizagem dos estudantes e no trabalho dos professores.

Em relação aos professores há, ainda, as dificuldades de muitos, sobretudo os mais velhos, para utilizar plataformas e ou aplicativos para ensino remoto. Não houve tempo suficiente para que os sistemas de ensino público se organizassem para oferecer uma formação que ajudasse os docentes neste sentido e o surpreendente é que ainda hoje, passados 18 meses, mesmo constatando os inúmeros problemas enfrentados por professores e estudantes, não têm sido propostas formações que visem ao seu enfrentamento. (MEDEIROS, 2021)

Os gestores das escolas buscaram auxiliar aos professores nessas e outras questões, encontrando novas formas de comunicação e propondo temas para discussão que atendessem suas demandas, sobretudo didático-pedagógicas. Entretanto, nem mesmo a gestão estava preparada para as mudanças nessa relação com os docentes e os profissionais admitem que há muitas barreiras a serem superadas. Entendem, no entanto, que a qualidade do ensino piorou e se sentem angustiados por não saber o que fazer. (MEDEIROS, 2021)

Os aspectos apresentados nesse item permitem considerar seu impacto na aprendizagem dos alunos, no envolvimento deles com as propostas dos professores e da escola, e, em consequência, o índice de abandono e evasão que se anuncia como o maior dos últimos tempos. É sobre essa questão que discorreremos no próximo tópico.

Os riscos do abandono e evasão escolar

Tem sido amplamente divulgado pela mídia em geral e por pesquisas desenvolvidas por várias áreas que uma parcela significativa dos alunos da educação pública brasileira não conseguiu acompanhar as aulas ministradas remotamente, e não aprenderam os conteúdos ensinados no período em que as escolas permaneceram fechadas. Tal fato tem sido atribuído a vários fatores, como a inadequação das didáticas utilizadas pelos professores, que reproduzem o formato das aulas presenciais mesmo sem os recursos da interação face a face; às dificuldades das famílias em auxiliar ou orientar seus filhos, ou mesmo criar condições e espaços para que consigam acompanhar as aulas

em casa; ou ainda, a falta de incentivo e apoio para os estudos, sem falar na ausência da interação com os colegas, vivência das mais valorizadas pelas crianças e jovens.

A pesquisa do INEP mencionada anteriormente revela que mesmo em São Paulo, cujas redes de ensino têm melhor estrutura, um terço dos estudantes, equivalente a cerca de um milhão de jovens não acessaram aulas virtuais em março de 2021 (“Resposta Educacional à pandemia de COVID-19 no Brasil”, INEP, 2021). Essa situação, que afeta jovens de classes menos favorecidas deverá produzir o aumento da desigualdade educacional no Brasil, sem falar no potencial que a evasão assume nessas condições.

Logo, esses aspectos que podemos chamar de “mais estruturais” acabam assumindo uma dimensão psicossocial no que concerne aos impactos que produzem. Dentre eles, a dificuldade de os alunos manterem a atenção e motivação em relação aos estudos, seja no ensino remoto ou na volta parcial às aulas presenciais, lidar com a ansiedade gerada pela constante ameaça da contaminação pelo coronavírus, com a insegurança sanitária e socioeconômica instaladas pelas condições de trabalho e emprego dos pais ou falta deles, pelo medo da doença e das sequelas, a demora da vacinação, etc. (OLIVEIRA et al, 2021) Segundo a pesquisa Viver em São Paulo (2021), 81% dos alunos tiveram dificuldades emocionais/psicológicas, durante o período de isolamento social, o que é extremamente prejudicial à aprendizagem devido ao impacto na atenção e envolvimento das crianças e jovens com o conhecimento ensinado nas escolas. A pesquisa mostra também, que os principais impactos da pandemia para os alunos e alunas são: o aumento da desigualdade (52%), a piora no aprendizado (48%) e a evasão escolar (39%).

Outra pesquisa com profissionais da educação do estado de São Paulo (PLACCO, 2020), realizou grupos de discussão com Dirigentes de Ensino, Supervisores, Professores Coordenadores de Núcleo Pedagógico (PCNP), Professores Coordenadores (Coordenadores Pedagógicos) e professores especialistas de anos finais do Ensino Fundamental (6º aos 9º anos). Nestes grupos, algumas das questões se referiram aos desafios vividos durante a pandemia, com relação ao ensino remoto e à volta parcial ao ensino presencial, nas escolas paulistas. Os aspectos tecnológicos foram apontados como desafiadores, sob vários pontos de vista, mas o que chama a atenção se refere ao que podemos chamar de sequelas do distanciamento dos alunos da escola – portanto, das questões psicossociais que se desenham, a partir da suspensão das aulas e da falta de convivência dos alunos entre si e com seus professores. Depoimentos pungentes nos falam da socialização profundamente prejudicada desses jovens adolescentes: as perspectivas de

futuro, as expectativas e sonhos dos jovens se desorganizam, dificuldades de aprendizagem e de relacionamento se potencializam – nas palavras de um dos professores, “uma geração está sendo destruída”.

Um alto percentual de alunos não frequentou as aulas remotas, durante esse ano e meio, corroborando os dados da pesquisa do INEP apresentados acima, e, agora, não se sentem motivados a voltar a frequentar a escola e, quando vêm, obrigados pelos pais ou respondendo à chamada “busca ativa” dos professores e da escola, permanecem alheados, dispersos, sem contato visual com colegas e professores, sem entusiasmo, ou, ao contrário, agressivos e rejeitando as aulas. Parecem “zumbis”, diz um professor, desalentado. Nos intervalos, recolhem-se a seus celulares, na internet ou nos joguinhos, sem interação com os demais.

Outro fenômeno apontado pelos professores, no grupo de discussão, diz respeito a uma nova percepção da realidade, vivida pelos alunos: sua situação socioeconômica está sendo visualizada de maneira mais aguda e clara, na medida em que ele percebe as limitações de seu acesso à tecnologia, em comparação às facilidades e diversidade de aparatos tecnológicos apresentados por alguns de seus colegas. Além do mais, identifica a diferença dos ambientes de sua casa com relação às de outros. Enfim, é posto frente a uma realidade sobre a qual nem sempre se detinha de maneira tão crua. E, segundo os professores, nessa situação, ele se sente inferiorizado, ele se desvaloriza, “se rebaixa”, desiste de lutar, de estabelecer sonhos e projetos de vida, passa a desconsiderar a escola como um caminho de melhoria ou enfrentamento dessas desigualdades.

Os professores se referem também à sua situação emocional, considerando-se exaustos, ansiosos, inseguros, diante de tantos desafios e limitações. Sua vida pessoal é invadida, pelas mensagens enviadas pelos alunos e pelas famílias, e se torna impossível negar atendimento a tantas necessidades e dificuldades encontradas por esses interlocutores. No entanto, consideram que suas dificuldades não são maiores do que as que eles identificam nas famílias e nos seus alunos.

Reafirmando os dados desta pesquisa, uma investigação em andamento com a equipe gestora de uma escola estadual da rede pública, com mais de mil alunos e 50 professores, ao questionar os gestores sobre as condições de trabalho na pandemia identifica, como maior dificuldade os professores conseguirem envolver os estudantes nas atividades ou, ao menos acessá-los e se fazerem ouvidos. Essa vivência tem afetado os docentes que se mostram mais ansiosos e vulneráveis emocionalmente, chegando a

adoecer, em muitas situações. Na mesma direção, os gestores entendem que o ensino remoto em relação ao presencial tem qualidade muito inferior e atribuem a esse fato a ausência de resposta dos estudantes. Ainda em relação aos docentes, entendem que suas condições de trabalho pioraram visto que sua jornada aumentou muito e que não dispõem de recursos materiais ou pedagógicos para atender às novas demandas postas pelo ensino remoto ou misto. (MEDEIROS, 2021).

Entretanto, a nova forma de relação estabelecida entre a gestão e os professores também favoreceu que estes conhecessem mais de perto as práticas docentes, visto que todas as atividades desenvolvidas passaram a ser enviadas aos gestores que puderam avaliá-las. Ou seja, as aulas, antes restritas ao professor e aos alunos que se encerravam em salas de aula, agora se tornaram públicas, chegando ao conhecimento dos gestores e das famílias. Este fato, com contornos, a um só tempo negativos e positivos, passa a por em evidência a necessidade de se recriar práticas docentes e formas de ensino, agora acessadas e avaliadas por outros atores da comunidade escolar, o que insere um caráter dialético às vivências do isolamento social, levando-nos a apontar os aspectos positivos desta nova forma de funcionar da escola, que teve suas práticas escancaradas. É sobre esta questão que trata o próximo tópico.

Os novos/velhos dilemas da educação e sua necessária transformação: contribuições do isolamento social

A escola é um espaço coletivo visto que só se configura como escola a partir das relações que se estabelecem entre alunos, professores, gestores, profissionais de apoio e comunidade. Ela ainda se liga a uma rede, considerando que pertence a um sistema constituído por várias outras unidades escolares. No caso da escola pública, rede formada por um sistema, que organiza, disciplina, orienta e avalia os processos educativos desenvolvidos no interior das escolas. Logo, a educação repercute o coletivo e colaborativo: precisa que todo um sistema funcione para que sua atividade seja levada a cabo. Eis que este sistema, que tem no centro a relação professor-aluno, sofre um grande revés ao ter de eliminar a relação de seu modo de funcionar. A ordem com a declaração da pandemia é fechar as escolas em vista da necessidade de distanciamento social. Instala-se a contradição: uma ação eminentemente interacional, constituída pelo contato face a face

desde os tempos mais remotos, de hora para outra tem de ser recriada para poder se efetivar. A interação professor-aluno tão necessária ao processo de ensino-aprendizagem se converte em não-interação, transformada em contato realizado por outros meios: mensagens de texto, textos de e-mail, tarefas em apostilas, etc. Não há mais olho-no-olho, falar e ouvir, gestos e expressões complementando a interação, indicando compreensão ou estranheza, dúvida ou certeza. Será possível prescindir dessas dimensões características do humano em uma atividade que toma boa parte da vida de estudantes, e se constitui como ação profissional dos professores?

Já há algum tempo, muito antes da pandemia do Coronavírus, a educação pública brasileira vem sofrendo críticas em relação à qualidade ofertada. Análises mais aprofundadas sobre a educação pública na relação com a privada, afirmavam que a escola pública prioriza a assistência enquanto a privada investe no ensino de conhecimentos complexos, processo que tem produzido desigualdade educacional e social, visto que os estudantes egressos desses diferentes sistemas têm diferentes condições de acesso às oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem, seja na continuidade de sua formação, ou no ingresso no mercado de trabalho. (LIBÂNEO, 2012)

Conforme apresentamos no item anterior, também as condições materiais das escolas, no que concerne a equipamentos e tecnologias já eram precárias. Logo, era de se esperar que com seu fechamento e a necessidade do ensino remoto a qualidade do ensino caísse ainda mais. E de fato, conforme já apresentado, isso aconteceu, e os problemas da educação pública se escancararam, seja no que concerne à infraestrutura ou às condições pedagógicas, dando origem a uma crise sem precedentes.

Entretanto, a crise que se instaurou em decorrência das novas condições postas à educação, sobretudo à pública, também resultou em abertura para se encontrar possibilidades de mudança no oferecimento do ensino, que entendemos como aspecto positivo dessa experiência. Dentre elas é possível destacar:

- Uma forçosa necessidade de mudança das práticas pedagógicas de modo a atender as necessidades dos estudantes, enxergando suas dificuldades, seus motivos e intenções e planejando ações que favoreçam seu envolvimento com a escola e com o ensino.
- A percepção das possibilidades oferecidas por formas alternativas de dar aula, com a incorporação das tecnologias às aulas presenciais e com a recorrência a conteúdos

diversificados oferecidos pela pesquisa de vídeos e outros materiais didáticos nos meios digitais;

- A identificação das possibilidades oferecidas pelas tecnologias para a realização de reuniões coletivas em condições e horários alternativos;
- A utilização de meios de comunicação mais diretos e simplificados com grande número de famílias, gerando relações mais próximas (embora nem todas tenham tido condições para essa melhoria das comunicações).

Outros indicadores apontados por pesquisas também anunciam mudanças positivas em relação à escola. A pesquisa Viver em São Paulo, do IPEC (2021), mencionada no item anterior, indica que um percentual de pais de alunos respondentes da pesquisa apontam como consequência do isolamento social o aumento da valorização do ambiente escolar e da presença dos colegas e professores para o aprendizado (15%), além de uma maior aproximação entre as famílias e as escolas, pois os pais compreendem melhor os desafios do trabalho educativo (15%), e ainda o desenvolvimento de maior autonomia dos alunos para organização dos estudos à distância (13%) e melhora no aprendizado, já que os pais conseguem acompanhar mais de perto as atividades escolares dos estudantes (9%).

Não temos elementos para ratificar essas opiniões. Ao contrário, muitos depoimentos a que temos tido acesso mostram a dificuldade e desinteresse dos alunos em retomar o ensino presencial, seja por terem consciência das lacunas e retrocessos de seu processo de aprendizagem, seja pela perda de motivação pela rotina escolar, ou mesmo pela quebra de vínculos com colegas e professores, dado o longo período de afastamento dos mesmos. Alguns alunos dizem mesmo que, posteriormente, poderão fazer o supletivo ou que tentarão voltar no próximo ano, pois consideram que não estejam aprendendo nada, no momento. Há indicativos, assim, de que não se consegue evitar o abandono e a evasão, pois os alunos não querem voltar à escola, assumindo que não a frequentarão, neste momento. (Pesquisa: “Resposta educacional à pandemia de Covid-19 no Brasil (INEP, 2021)

É provável que uma parcela dos pais realmente tenha se dado conta do valor da escola e dos professores, nos processos de aprendizagem e desenvolvimento de seus filhos, mas, nada garante que a volta às aulas – e nas condições que se avizinham, atualmente – essa valorização se mantenha. Mas de posse dessa informação, a escola pode investir na manutenção de um diálogo com as famílias que fortaleça essa percepção.

Assim, o que se constata é a frustração de alunos e também dos professores e gestores e famílias com o cenário apresentado pelas escolas e pelo processo de escolarização, o que força as escolas a se repensarem enquanto instituição: sua organização física e administrativa, seus processos pedagógicos, seus objetivos, suas relações, enfim. Tomara que ouçam essas críticas e essa recusa dos estudantes em retornar como oportunidade para se transformar em consonância com as demandas da comunidade.

Um olhar para os sujeitos da educação: que sentimentos, que emoções?

Dissemos, nos parágrafos precedentes, que a educação é uma prática coletiva. Entretanto, isso não significa que não se deve olhar para os sujeitos, suas singularidades, visto que esse coletivo só se configura como tal quando incorpora as intencionalidades singulares, de cada ator do contexto escolar. Sabemos das dificuldades dos processos educativos em dimensionar os diferentes aspectos constitutivos dos sujeitos em práticas de ensino que se efetivem sem desconsiderá-los, por um lado, ou considerando-os em demasia, abrindo mão do ensino dos conhecimentos escolarizados, por outro.

O sujeito que habita os espaços educativos comparece em integralidade, o que quer dizer que integra aspectos físicos, socioculturais, contextuais e psicológicos em todas as suas ações e pensamentos. E entenda-se por psicológico suas dimensões afetivo-emocionais e cognitivo-relacionais, que favorecem ou não os processos de ensino-aprendizagem promotores de desenvolvimento. Por questões culturais, que se repetem e se fortalecem ao longo do tempo, tendemos a pensar a escola como lugar de ensino somente, sem considerar sua dimensão constitutiva da personalidade dos sujeitos, visto que é por meio das relações empreendidas nas interações que crianças, jovens, adultos; alunos, professores, gestores, pais e comunidade do entorno se apropriam de regras, valores, normas, modos de ser, sentir e agir das diversas singularidades que convivem na escola. (SOUZA, 2016)

Essa dimensão interacional constitutiva dos sujeitos é parte tão importante da educação escolar quanto o ensino de conteúdos formais e, conforme vimos afirmando nos tópicos precedentes, não pode ser abandonada, mesmo em tempos de isolamento social ou

de retorno gradual e parcial das aulas presenciais, visto ser neste espaço que os afetos e as emoções fluem, se expressam ou se escondem, se elaboram e reelaboram. Isto porque é o outro, principalmente o igual, que vai dando parâmetro às nossas ações, fazendo-nos perceber se estão ou não adequadas, se devem ser ajustadas, mudadas ou extintas. E é justamente a falta dessa possibilidade de convivência, desse contato face a face, dessa troca com os outros, dessa referência que vai dizendo ao sujeito o que ele é e o que pode ser que se impõem como grande influência na produção de distúrbios afetivos e emocionais na população escolar, sejam crianças, adolescentes ou educadores. (SOUZA, 2016)

É no espaço relacional, no contato com os outros humanos que as significações são construídas, enquanto possibilidade de atribuição de significados e sentidos ao que fazemos e pensamos. Essa construção, portanto, é social e se dá no interior das interações. Os sentidos que atribuímos às situações, fatos ou ações é que nos levam a nos envolvermos com elas, a investir e buscar corresponder ao esperado de nós (SOUZA & ANDRADA, 2013). E o isolamento social nos privou das interações, nos afastou da diversidade, nos mantendo em contato, no máximo, com nossos iguais – familiares mais próximos. Não é por acaso que a maior queixa de estudantes e professores é dessa falta de contato com os colegas, principalmente. E é preciso considerar que pessoas entristecidas, desalentadas, angustiadas, ansiosas, ficam prejudicadas para desenvolver suas atividades, seja de ensino ou aprendizagem.

Essa situação em que se encontram as pessoas anunciam que os contextos sociais em geral, e as escolas, enquanto espaços sociais privilegiados em especial precisam mudar. Mas mudar em que sentido?

O que se faz necessário mudar, então, diante desse cenário caótico em que se encontram as pessoas e o ensino, neste momento em que se investe na volta ao ensino presencial, nas escolas – embora ainda uma parte substancial dos alunos não possa voltar ou não volte, por escolha?

É preciso que se olhe com compromisso e seriedade para a situação que resultou desse longo período de fechamento das escolas no Brasil, e fazê-lo olhando para todas as dimensões que a constitui: sistema, escola, professor, alunos, comunidade. É urgente que se retome o ensino dos conhecimentos escolarizados, de modo a enfrentar o fosso aberto pela ausência das aulas. Mas não só. A primeira questão é como fazê-lo, pois já sabemos que não será possível retomar as mesmas práticas pedagógicas de antes da pandemia: os

alunos não querem retornar, o recado é que já não aceitam este modo de ensino em que acessam o conteúdo e devem retê-lo. É preciso um espaço de participação mais efetivo, em que seja possível configurar sentidos, atribuir significado ao que é ensinado e então aprender, o que será possível pela instauração de práticas dialogadas, aproveitando para identificar o que os estudantes sabem, o que não sabem, pelo que se interessam ou não. Explicitar sua situação de aprendizagem, a necessidade de investimento no estudo conjunto com o grupo de colegas e professor para avançar em seu processo é condição para se poder instituir o colaborativo como modo de funcionar da turma.

Abrir Espaços para que estudantes e professores falem de suas vivências, de suas experiências, de suas faltas e expectativas. Coletar sugestões do que se pode fazer em relação a essas vivências e propor atividades de outras naturezas, como as artísticas, em forma de apreciação de filmes, leituras de contos, audição de músicas, que favoreçam a expressão de seus afetos e sua elaboração. (SOUZA & DUGNANI, 2018) Ou seja, é necessário apoio para os profissionais lidarem com os impactos psicossociais resultantes da crise já nossa conhecida e agravada pela pandemia, o que demanda modificação das rotinas e dos currículos, dos espaços, formas e conteúdos da formação.

E em relação à mudança de posicionamento dos educadores da escola e de todos nós, que nos vinculamos de algum modo à educação é urgente assumir a defesa da escola pública como essencial à promoção do desenvolvimento de crianças, jovens e adultos, como instituição responsável à produção e transformação do futuro de crianças, jovens e profissionais, e deixar explícito nosso compromisso em trabalhar para melhor qualificar suas ações enquanto nos transformamos em consonância com as novas demandas postas à educação escolar.

Considerações Finais

Se há algo que pudemos observar em nossas pesquisas e trocas neste tempo de pandemia, sobretudo de isolamento social, em que o contato com nossos estudantes e orientandos se deram remotamente, é a necessidade de considerar a singularidade dos sujeitos que vivenciam, no cotidiano escolar, as mudanças decorrentes dessa situação inusitada. Cada um viveu e está vivendo esse momento histórico de modo particular, com mais dificuldade ou não, a depender das condições físicas, materiais e emocionais. Assim, alguns professores, por exemplo, têm sido capazes de recriar suas práticas, lançando mão

de recursos que têm permitido acessar e manter seus alunos interessados e participantes do processo de ensino-aprendizagem.

Cabe ressaltar, no entanto, que esse exemplo não repercute a experiência da maioria dos docentes ou estudantes. Outros professores seguem angustiados, ansiosos por saberem que estão perdendo seus alunos, que talvez não tenham turmas no próximo ano, portanto, seguem vivendo as incertezas tão características deste momento de crise.

Há, também, gestores, que nesses primeiros meses de volta ao ensino presencial começam a considerar que é possível que os alunos tenham se acostumado sem a escola e que talvez resida aí a recusa em retornar às aulas. Alguns até comparecem, um ou dois dias, para a partir do terceiro deixarem de vir. Talvez tivessem retornado acreditando que encontrariam o mesmo clima e ambiente de antes, mas ao constatarem as novas condições sociais, em que a proximidade com os colegas, o cochichar no ouvido, o abraço e os toques não são mais possíveis, não se sentem atraídos pelas atividades e desistem.

Essa situação que parece prevalecer na escola pública brasileira, sobretudo no ciclo II do Fundamental e no Ensino Médio, produz desânimo nos alunos e desalento nos professores. Prever os impactos psicossociais na vida das pessoas considerando todos os reveses apontados nas páginas precedentes é importante para que se possam pensar em ações que possam mitigar seus efeitos, como reorganizar os currículos e o espaço escolar, repensar as relações e a formação de professores, adquirir recursos materiais e tecnologias. Ou seja, é preciso repensar a escola e seus processos, trabalhando para transformar o que já se apresentava ineficiente antes da pandemia e que veio à superfície, escancarando seus problemas neste período.

E nós, como educadoras e formadoras de professores e pesquisadores devemos assumir o compromisso de contribuir para essa transformação.

Referências

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, no. 1, p. 13-28, março/2012.

MEDEIROS, Fernanda Pereira. **A restituição à escola do sentido de promotora do desenvolvimento humano: contribuições da psicologia à gestão escolar**. Orientadora:

Vera Lucia Trevisan de Souza/176, **Tese de doutorado**, PUC-Campinas, Campinas, 2021, no prelo.

OLIVEIRA, Wanderlei Abadio; SOUZA, Vera Lucia Trevisan; MONEZI, André; SANTOS, Manoel Antonio. COVID-19 pandemic implications for education and reflections for school psychology. **Revista de Psicologia: teoria e prática** (online), São Paulo, v. 23, p. 01-26, Janeiro/ 2021.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. Qual Escola para o Século XXI? **Relatório de Pesquisa**. CNPq, Nov.2020. 143 p.

SOUZA, Vera Lucia Trevisan. Contribuições da Psicologia ao Desenvolvimento e Aprendizagem. In: SOUZA, Vera Lucia Trevisan et al. (org) **A Psicologia da Arte e a promoção do desenvolvimento e aprendizagem: intervenções em contextos educativos diversos**. São Paulo, Ed. Loyola, 2016.

SOUZA, Vera Lucia Trevisan & DUGNANI, Lilian Aparecida Cruz. Psicologia da Arte: fundamentos e práticas para uma ação transformadora. **Revista Estudos e Psicologia**, Campinas, v. 43, no. 4, p.375-388, outubro/2018.

Pesquisa: “Resposta educacional à pandemia de Covid-19 no Brasil (INEP, 2021) Viver em São Paulo – Saúde e Educação – IPEC - <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/05/ViverEmSP-saudeeducacao-apresentacao-2021.pdf>. Acesso em: 22/07/2021

Educação Escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica – FCC – 2021 – Informe 1. https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2020/06/educacao-pandemia-a4_16-06_final.pdf Acesso em: 22/07/2021

Educação Escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica – FCC – 2021 – Informe nº 2 – Similaridades e diferenças nas redes de ensino, sexo, cor/raça – <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-2> Acesso em: 22/07/2021

Educação Escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica – FCC – 2021 – Informe nº 3 – <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-3> Acesso em: 22/07/2021

Obs. Material disponível na internet: Referenciar de acordo com o tipo de material, como nos itens acima e, ao final, acrescentar Disponível em: *www.....* . Acesso em: data do acesso.

Revisores de línguas e ABNT/APA: Vera Maria Nigro de Souza Placco, Vera Trevisan de Souza

Submetido em 10/09/2021

Aprovado em 17/06/2022

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)